



A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO NO ATUAL MOMENTO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS

Pandora tecnologia para Sindicatos e
Associações





Editorial Lino Reuters

Diretoria da Pandora sobre a importância da tecnologia e da inovação no atual momento das associações e dos sindicatos.

Créditos

Editor-chefe / repórter
Lucas Torres

Colunistas
Lucas Torres, Jean Michel Bouchara e Redaweb.

Produção
Denodo Soluções Digitais

Revisão ortográfica
Mirian Brito

Diagramação e arte
Paula Beatriz de Matos Pires

Fotografia
Unsplash, iStock, Freepik, Canvas

Coordenação
Lino Reuters

Contato:
comercial@pandora.com.br

Telefones:
(11) 2500-3644
(11) 97230-1793

SUMÁRIO

Sumário navegável, clique para navegar na revista.

4

LIÇÕES DA PANDEMIA

5

1. CIBERDEMOCRACIA – OS DESAFIOS DAS REDES SOCIAIS

9

2. POLÍTICA E INTERNET: INTERNET COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

11

3. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL É CHAVE PARA QUE GOVERNO E ENTIDADES SINDICAIS RECUPEREM CREDIBILIDADE JUNTO À SOCIEDADE CIVIL

14

4. AÇÃO SINDICAL E USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

18

5. O IMPACTO DA LGPD NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DOS SINDICATOS

19

6. AS MULHERES NO MERCADO DE TI - SANDRA RODRIGUEIRO

21

7. ASSEMBLEIAS VIRTUAIS HÍBRIDAS: TENDÊNCIA OU PRESENCIAL PREVALECERÁ

24

8. SISTEMA DE VOTAÇÃO TELEPRESENCIAL - O QUE É E COMO SE APROXIMA DA VOTAÇÃO PRESENCIAL - FABIANO SANTOS

26

9. COMO AUMENTAR A SEGURANÇA NAS ASSEMBLEIAS VIRTUAIS

29

10. OS SINDICATOS E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



Lições da pandemia

Os desafios que a pandemia trouxe para o mundo não serão esquecidos tão cedo. Uma luz no fim do túnel desponta e tudo leva a crer que logo voltaremos ao “normal”. Ou melhor, a algo que se aproxime de um “novo normal”, cuja configuração ainda não sabemos ao certo, mas que desde já nos apresenta uma certeza: nada será como antes. Afinal, a quarta revolução industrial batendo à porta e no meio uma crise pandêmica só acelerou algo que já estava em curso.

O que será do mundo do trabalho daqui para frente? Que desafios a classe trabalhadora enfrentará? Como as entidades de classe irão se organizar para mobilizar os trabalhadores? Perguntas como essas requerem um mergulho em alguns temas que já não são novos, mas que necessitam entrar na pauta urgentemente.

Esta revista digital tem como objetivo ampliar o debate sobre as novas tecnologias. Diz um ditado que se quisermos entender como os animais vivem, não devemos ir ao zoológico, mas à selva. Assim, é preciso mergulhar e encarar o novo, mas sem perder o olhar crítico.

É inegável que o desenvolvimento tecnológico tem acentuado as contradições presentes no capitalismo, cujas consequências beneficiam apenas os interesses privados de uma pequena minoria abastada. É imperativo fazer “guerra” com as armas corretas. Por isso, temos que manter o foco no adversário real, ou seja, a base social que domina os meios tecnológicos.

Os diversos artigos e entrevistas nesta revista mostram a força de diversas organizações sensíveis ao tema.

Que a leitura seja proveitosa.

Lino Reuters



“**É preciso mergulhar e encarar o novo, mas sem perder o olhar crítico.**”





1. CIBERDEMOCRACIA – OS DESAFIOS DAS REDES SOCIAIS

Cultura democrática e regulação legislativa são armas para a criação de uma ciberdemocracia legítima

Segundo especialistas, o atual uso dos ciberespaços para a ampliação do debate público necessita de amadurecimento

Utilizar a tecnologia para ampliar o espaço de debate, maximizando as avenidas de participação da população no processo decisório e aumentando a pluralidade dos grupos capazes de se envolver com as pautas da esfera pública, compõe o núcleo central do conceito conhecido como ciberdemocracia.

Há pelo menos duas décadas permeando pesquisas acadêmicas em escala mundial, além de progressivamente inserida na administração pública de diversos países, a temática ganhou relevância especial no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

Embora o país já tenha tido experiências esporádicas de uso do ambiente remoto – ou ciberespaço – para a realização de audiências públicas e outras consultas populares anteriores, a crise sanitária instaurada em meados de março de 2020 criou uma necessidade irrevogável de melhor aproveitamento do ambiente digital no cotidiano democrático.

Essa noção é parte do entendimento da coordenadora do Grupo de Pesquisa e Inovação em Ciberdemocracia (CIBERDEM) e professora da Faculdade de Computação e Informática da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Renata Mendes de Araújo, para quem a pandemia atuou como uma espécie de força disruptiva que acelerou processos já em andamento.

“A digitalização de governos no Brasil não é de hoje, mas, sem dúvida, a pandemia, como toda crise, nos tira da zona de conforto para novas possibilidades”, introduziu a acadêmica, complementando na sequência.

“Nesse sentido, eu acredito que a pandemia trouxe muitos avanços importantes no que se refere ao nosso comportamento e nossas práticas com o uso dos recursos digitais e virtuais. Penso que seja praticamente impossível voltarmos a um cenário totalmente presencial pós-pandemia”.

A visão de Renata é compartilhada pelo mestre em Direito do Estado e Procurador da Universidade de São Paulo (USP), Marcelo Buczek Bittar, que destacou a maior frequência da utilização da internet por parte da administração pública a serviço da cidadania e na contribuição ao desenvolvimento da democracia.

[...] o fato da ciberdemocracia ser relativamente jovem e, por isso, alvo de constante experimentação por parte de governos ao redor do mundo, faz com que seu processo de implementação necessite de constantes evoluções, tanto no campo da tecnologia quanto no da cultura.”

Essa maior ênfase na digitalização, no entanto, não tem chegado sem trazer com ela uma série de desafios.

De acordo com os dois especialistas ouvidos pela reportagem da Pandora, o fato de a ciberdemocracia ser ainda relativamente jovem e, por isso, alvo de constante experimentação por parte de governos ao redor do mundo, faz com que seu processo de implementação necessite de constantes evoluções, tanto no campo da tecnologia quanto no da cultura.

Questionado sobre qual desses campos possui maior importância para a solidificação do conceito na prática, Buczek Bittar foi peremptório ao afirmar que as duas questões estão intrincadas entre si e que a evolução de uma depende necessariamente do progresso da outra.

“Não é possível uma resposta baseada apenas em um ou outro, mas em todos e um só ao mesmo tempo. É necessário o desenvolvimento de uma cultura voltada ao uso da tecnologia como forma de exer-



cício da democracia, bem como se faz necessário o desenvolvimento de softwares e tecnologia que minimizem as fakes news e outros usos indevidos, assim como o desenvolvimento de tecnologia que permita a acessibilidade à maioria do povo, senão à sua totalidade”, analisou o procurador da USP.

Em confluência com o colega, Renata lembrou que essa interdependência já foi, inclusive, reconhecida por alguns dos principais expoentes da pesquisa no tema, como Pierre Lévy e André Lemos.

Sendo assim, a acadêmica pontuou que softwares e avanços tecnológicos são produtos humanos e, portanto, culturais. E que, por outro lado, a sociedade se apropria e faz uso de softwares e tecnologias de acordo com suas necessidades, seus desejos e seus padrões de comportamento.

“É ingênuo imaginar que os avanços tecnológicos sozinhos serão capazes de promover uma ‘cultura democrática’, a transparência ou a participação. Também não se pode esperar que uma ‘cultura democrática’ se estabeleça para que as tecnologias disponíveis se tornem efetivas. O processo é de construção mútua”, complementou Renata.

A ciberdemocracia na visão de Marcelo Buczek Bittar

Segundo Lemos e Lévy (2010, p. 13)¹:

‘Enquanto as mídias de massa, desde a tipografia até a televisão, funcionavam a partir de um centro emissor para uma multiplicidade receptora na periferia, os novos meios de comunicação social interativos funcionam de muitos para muitos em um espaço descentralizado. Em vez de ser enquadrada pelas mídias (jornais, revistas, emissões de rádio ou de televisão), a nova comunicação pública é polarizada por pessoas que fornecem, ao mesmo tempo, os conteúdos, as críticas, a filtragem e se organizam, elas mesmas, em redes de troca e de colaboração’.

Esse desenvolvimento, que abre nova perspectiva de acesso e exercício efetivo da cidadania, denomina-se ciberdemocracia.



Marcelo Bittar

Renata Mendes de Araújo define o conceito de Ciberdemocracia



Renata Mendes de Araújo

“O conceito de ciberdemocracia está bastante associado a outros conceitos veiculados na literatura por pesquisadores, principalmente das áreas sociais, como ciberespaço (espaço virtual de comunicação) e cibercultura (padrões, práticas e comportamentos que emergem do uso de tecnologias computacionais pela sociedade). Para mim, a ciberdemocracia é a reunião de dois conceitos – a cibernética (a ciência do controle e da governança) e a democracia (a garantia de acesso de todos a espaços, direitos e benefícios). Com base nesses dois conceitos, entendo a ciberdemocracia como a suposição de que em um mundo aberto possibilitado pelas TICs (ciberespaço), a transmissão de informação, conexão e reconfiguração realizada pelos indivíduos proporciona colaboração, pluralidade, abertura, empoderamento e governança. A ciberdemocracia é, para mim, um termo que significa a inteligência coletiva que surge por meio das possibilidades de opinião pública e empoderamento com o uso da tecnologia, levando a melhores níveis de governança de sistemas sociais e organizacionais.

Também gosto de entender a ciberdemocracia como a possibilidade de interação política e de gestão pública por meio da tecnologia, potencializada pela internet. A ciberdemocracia é um termo que reúne os grandes aspectos da sociedade atual – conectada, convergente, informada e colaborativa – e os grandes desafios das instituições governamentais em acompanhar essa sociedade. A ciberdemocracia aponta para os desafios desses novos ecossistemas, que envolvem cidadãos, instituições públicas, tecnologia, informação, práticas, políticas e processos.”

1 LEMOS, A. LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010



ESPECIALISTAS DISCUTEM FORMAS DE TORNAR CIBERDEMOCRACIA NO QUE HOJE É APENAS CIBER

Um dos objetivos do conceito de ciberdemocracia é se valer dos espaços digitais para tornar os ambientes de debate público mais acessíveis à população. No entanto, a necessidade de se evoluir na direção da criação de uma cultura democrática acaba fazendo com que essa amplificação cause pontos sensíveis para a própria democracia.

Um dos exemplos mais citados nesse sentido é a apropriação dos meios de disseminação e troca de ideias para promover ações antidemocráticas como o já mencionado uso de fake news, bem como a criação de robôs para massificar opiniões e posições que nem sempre possuem uma representatividade significativa junto à população, mas que acabam passando a se tornar notórias a partir desses atos.

Também compõe a lista das apropriações nefastas da amplificação do discurso possibilitada pelos ciberespaços a utilização das redes sociais para disseminar conteúdos de ódio e inverdades por parte dos agentes públicos e outros influenciadores.

Questionada sobre formas de regulação desse ambiente digital a fim de conferir ao ciber o sufixo “democracia”, na prática, Renata Mendes Araújo apontou que uma solução dificilmente partirá ape-

nas de ações legislativas que, segundo ela, até podem ajudar, mas que estão longe de apresentar uma alternativa concreta.

Retornando à pauta da necessidade de uma cultura democrática em sentido amplo, a pesquisadora mencionou que práticas como a criação de rumores, manipulações e notícias falsas, dentre outras ações muito em voga atualmente, sempre estiveram presentes na política institucional, de modo que coube aos ciberespaços e às redes sociais acrescentar apenas o elemento da escalabilidade a essas ações.

“O que as plataformas hoje fazem é aumentar a escala de difusão de informação e a rápida construção de bolhas”, refletiu Renata destacando que, a despeito dos efeitos prejudiciais desse ganho de escala, a amplificação dessas questões pode ter seu lado benéfico ao expor assuntos velados ao conflito e ao contraditório.

“Aliás, democracia não existe sem conflito! Então, não existe bala de prata. Eu só vejo uma maneira de minimizar o problema: educação, desenvolvimento de pensamento crítico e capacidade de debate de nossa população”, concluiu.

Jurista que é, Marcelo Buczek Bittar levou a discussão para um campo no qual a regulação legal possui maior protagonismo na garantia de um comportamento democrático nos espaços digitais.



Segundo o procurador da USP, questões como o comportamento de parlamentares nas mídias sociais já receberam entendimento direcionador por parte do Superior Tribunal Federal (STF).

“Conforme se vê no informativo 969 do STF, o fato de o parlamentar estar na Casa legislativa no momento em que proferiu as declarações não afasta a possibilidade de cometimento de crimes contra a honra, nos casos em que as ofensas são divulgadas pelo próprio parlamentar na internet”, lembrou Buczek Bittar.

A fonte lembrou ainda que, no mesmo informativo, o ministro Marco Aurélio Mello relativizou a ideia de liberdade sem regulação muitas vezes defendida pelos ultraliberais – sobretudo no que diz respeito aos posicionamentos no ciberespaço.

Na ocasião, o ministro reforçou que o parlamento e o exercício parlamentar em sentido amplo se ancoram no livre mercado de ideias – e não no livre mercado de ofensas, sendo que a liberdade de expressão política dos parlamentares, ainda que vigorosa, deve se manter nos limites da civilidade. Ou seja, ninguém pode se escudar na inviolabilidade parlamentar para, sem vinculação com a função, agredir a dignidade alheia ou difundir discursos de ódio, violência e discriminação.

À luz do entendimento do STF, Buczek Bittar concluiu que os mecanismos para melhor garantia de uma postura democrática no ambiente virtual já foram, muitos deles, garantidos por lei, faltando, talvez, uma prontidão nas respostas dos meios competentes.

Ainda sobre o papel da regulação no impulsionamento do avanço ciberdemocrático em solo tupiniquim, o especialista em Direito do Estado pontuou que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) consistiu em um marco significativo na busca da regulamentação do ambiente digital nacional, principalmente no que tange ao funcionamento e à operação das organizações e fixação de regras claras de coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados.

Sobre isso, porém, Buczek Bittar salientou a necessidade de aperfeiçoamento para a melhor aplicação da LGPD na contribuição para a segurança no ciberespaço.

“Ainda que façamos parte de seletos países que regulamentaram essa matéria, penso que ainda existe espaço para seu aperfeiçoamento, que vai ocorrer com a evolução tecnológica e a maturidade dos utilizadores do sistema”, finalizou Buczek Bittar.





2. POLÍTICA E INTERNET: INTERNET COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Basta ligar a televisão ou acessar as redes sociais para se deparar com assuntos que estão relacionados à política, seja em âmbito nacional ou internacional. No ambiente on-line, os conteúdos são ainda mais disseminados e com origens diferentes. Diante disso, podemos acreditar na internet como ferramenta de transformação digital?

Se analisarmos a sociedade nos últimos 20 anos, entenderemos que a política nunca foi tão discutida, seja em casa, na aula ou até mesmo em conversas com amigos. É claro que essa mudança é benéfica, afinal, quanto mais falamos desse assunto, mais as pessoas vão compreendendo como as escolhas políticas podem influenciar diretamente na vida de cada um de nós. Mas será que essa mudança social também não está relacionada com o avanço da internet no Brasil? Confira o conteúdo completo e compreenda a trajetória da internet como ferramenta de transformação digital.

A POLÍTICA COMO CONVERSA DO DIA A DIA

Existem muitos temas que são comuns nas conversas do cotidiano. O placar dos jogos de futebol, sobre o capítulo da novela ou até mesmo os planos para o fim de semana são temas comuns e comentados por quase todos os brasileiros. Entretanto, é fato que nos últimos anos o tema política também passou a fazer parte dessa rotina, sendo pauta entre amigos e familiares.

Talvez o episódio mais notório desse novo assunto tenha sido a eleição presidencial de 2018. Com a polarização de direita ou esquerda, o assunto modificou a vida de muitos brasileiros, que passaram a acompanhar mais de perto os assuntos políticos.

Com pautas opostas e propostas diferentes, cada um dos candidatos era capaz de mexer com uma parte da sociedade. A eleição ou a reeleição de um partido foi um assunto que nos acompanhou durante meses, principalmente nas redes sociais.

Por mais que você não buscasse por esse assunto, bastava abrir as redes sociais para ser atingido por publicações ou avatares de perfil apoiando um ou outro.

Esse fato de ser atingido por diversas publicações com informações sobre política sem ao menos procurar por isso, é uma prova da internet como ferramenta de transformação social.

VOCÊ JÁ SE PERGUNTOU O QUE É POLÍTICA?

Essa é uma pergunta importante e que precisa ser entendida antes de conversar sobre política.

Quando buscamos o significado de política no Google, a resposta é a seguinte: arte ou ciência de governar; arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; ciência política.

Sendo assim, entende-se como política todo e qualquer ato que é realizado por um governante que foi eleito para governar um país, estado ou município.

Nesse grupo estão incluídos o presidente da república, os governadores, prefeitos, deputados e senadores, todos que foram escolhidos pela população para aprovar e modificar leis e projetos, além de apresentar e aprovar políticas públicas.

Ao compreender essa noção básica, uma coisa fica evidente: todos esses governantes foram escolhidos para servir o povo, ou seja, para pensar no povo antes de qualquer outra coisa.



É claro que muitos acabam utilizando o poder para benefício próprio. Diversos desses casos já aconteceram na história do Brasil e se tornaram capa de jornais e revistas.

Porém, quando isso acontece, a verdade é que há uma inversão de papéis e valores e quem acaba sendo penalizado é a população em geral.

Agora que você já compreendeu o significado e o sentido da política, vamos compreender como o mundo digital pode causar uma transformação.

A INTERNET COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Desde a chegada da internet no Brasil, diversos aspectos foram modificados na sociedade.

O aspecto mais importante e marcante é a democratização da informação. Antigamente, algumas pessoas dependiam apenas do rádio para se informar, enquanto outras usavam a televisão.

Agora, com a internet na palma da mão, é mais fácil buscar por informações a qualquer momento e em qualquer lugar.

Algumas regiões brasileiras, mais afastadas do centro urbanos, ainda possuem mais dificuldade em acessar a internet. Entretanto, fica fácil perceber que essa realidade é outra nas grandes cidades e capitais.

As pessoas convivem diariamente com o celular na mão e isso facilitou o processo de busca por informações e dados.

Antes, muitas pessoas esperavam determinado horário ou programa para ficar informado. Agora é diferente, você pode ler as últimas notícias em qualquer momento.

É claro que uma forma não anula a outra! É possível se informar das duas maneiras, mas a comodidade e a rapidez da internet acabam sendo mais funcionais.

E como esse acesso rápido pode ajudar na transformação social? Essa é uma pergunta importante.

Por muitas vezes não conseguimos enxergar essa transformação digital, mas ela faz parte do dia a dia.

Pense no seguinte exemplo: antes, um grupo de amigos que atuava em uma ONG de animais dependia da divulgação de serviços por meio das experiências de outras pessoas.

Hoje, com a ascensão da internet, esse mesmo grupo pode utilizar as redes sociais e o Google para



divulgar serviços, seja uma ação que está sendo planejada ou até mesmo o resgate de animais que agora estão disponíveis para doação.

Esse mesmo exemplo pode ser aplicado em diversas situações, incluindo serviço pagos ou até a disseminação de campanhas que lutam por causas.

A internet como ferramenta de transformação social é quando o mundo digital consegue disseminar informações que são importantes para um grupo e que podem ajudar outras pessoas.

Esse é o grande segredo da internet, poder compartilhar e publicar ações e serviços que poderão ser importantes para outras pessoas, mesmo que estejam longe.

POLÍTICA, INTERNET E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Por fim, é possível compreender que essas três ações devem andar em conjunto para beneficiar o maior número de pessoas.

Quando temos uma política bem-sucedida e que é capaz de pensar em políticas sociais, conseguimos contar com a disseminação da internet em todos os pontos do país.

Só assim será possível ter a internet como ferramenta de transformação social, mudando o cotidiano de muitas pessoas, auxiliando no recebimento de renda ou até mesmo na divulgação de serviços.

Por estarmos tão inseridos no mundo digital, às vezes esquecemos o poder que esse meio de comunicação é capaz de exercer na vida de todos nós!





3. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL É CHAVE PARA QUE GOVERNO E ENTIDADES SINDICAIS RECUPEREM CREDIBILIDADE JUNTO À SOCIEDADE CIVIL

Cumprimento de pilares como Transparência, Acesso, Interação e Ouvidoria Social passa pela atuação no ciberespaço

Quando o Programa de Governo Eletrônico do Estado Brasil (e-Gov) surgiu, no ano de 2000, o país e o mundo ainda tateavam os impactos da disseminação do acesso à internet na relação entre cidadãos e poder público.

De lá para cá, o chamado “ciberespaço” ganhou relevância de extensão social no mundo físico, alcançando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 82,7% dos domicílios brasileiros em meados de 2019, ano em que 183,3 milhões de cidadãos acima dos 10 anos de idade afirmaram ter usado a internet com alguma regularidade.

Tão relevante quanto o montante total da população com acesso à internet é a medição da qualidade da conexão. Nesse tocante, a mesma pesquisa apontou que 81,2% das casas possuem banda larga móvel e 77,9% possuem banda larga física.

Em suma, o que esses dados revelam é que o ambiente virtual tem se tornado um espaço significativo, plural e democratizado no território tupiniquim.

A partir dessa noção, ações outrora complementares como o e-Gov passaram a se tornar chave no cumprimento dos quatro pilares centrais da comunicação pública descritos pelo jornalista Jorge Duarte na publicação “Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público”, ainda em 2007.

Ou seja, sem uma estratégia efetiva de comunicação digital, a tarefa de se atender às premissas da Transparência, do Acesso, da Interação e da Ouvidoria Social se tornou impossível.



Jorge Duarte

Ao definir os quatro pilares da comunicação pública, Jorge Duarte considerou:

Transparência: refere-se à disponibilidade de informações, ao incentivo da fiscalização por parte dos cidadãos, à prestação de contas, ao estímulo à acessibilidade de conteúdos.



Acesso: a informação de interesse público disponibilizada aos cidadãos deve utilizar meios de fácil acesso, de layout intuitivo e linguagem adaptada com vistas a atingir grande parcela da sociedade. Nesse contexto, a internet e as redes sociais desempenham importante papel por suas características de acessibilidade à medida que sua utilização é cada vez mais ampla.



Interação: diz respeito à viabilização da comunicação de fluxo bi ou multilateral, em que seja promovido diálogo equilibrado e todos os interessados possam se manifestar e serem ouvidos, a fim de permitir a compreensão, cooperação, participação e crítica dos envolvidos.



Ouvidoria Social: trata-se de analisar e compreender a opinião pública dos diversos segmentos da sociedade com o objetivo de atender aos anseios da coletividade e considerá-los como referência nas ações.





Sérgio Lerrer

De acordo com o jornalista e especialista em comunicação sindical, Sérgio Lerrer, a pulverização do acesso à internet e, mais do que isso, da cultura da internet, fez com que não apenas o ciberespaço se tornasse um ambiente de relevância adicional aos canais tradicionais, mas que se tornasse ele, o digital, uma espécie de balizador das expectativas das pessoas na relação com o poder público, as empresas e as organizações.

“O mundo digital acelerou a percepção de tempo das pessoas. O tempo que se levava para resolver um problema, ter uma relação com o banco. O tempo que se levava para fazer uma compra, para enviar uma carta e receber a resposta pautava a expectativa, o método e a paciência das pessoas para receber as informações. Com as ferramentas digitais, ocorreu uma celeridade na expectativa das pessoas”, analisou Lerrer.

Na opinião do especialista, esse novo cenário passou a representar, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para que as mais variadas esferas governamentais, bem como as demais organizações, possam estreitar seus laços com a sociedade, suas demandas e seus anseios.

PRESEÇA NAS REDES SOCIAIS TORNA-SE INDISPENSÁVEL NA ERA DO LIVRE ACESSO AO CIBERESPAÇO

Ao estabelecer os quatro pilares da comunicação pública, Duarte foi extremamente cuidadoso ao destacar que o exercício da transparência – quando olhada em sentido restrito, a partir da ótica da simples disponibilização de dados e informações – não garante, por si só, o cumprimento das funções de comunicação de governos e organizações junto aos seus stakeholders.

Pelo contrário, segundo o especialista, a disponibilização de informações tem de ser necessariamente complementada pela facilitação do acesso dessas pessoas às informações relevantes, além da abertura de canais para que emissores e receptores interajam entre si em uma grande Ágora democrática.

Nesse contexto, complementar a formalidade e a robustez dos sites institucionais com uma utilização ativa e constante das redes sociais passou a se tornar elemento indispensável para quem quer manter uma relação de proximidade com o público, seja ele

formado por cidadãos em geral, eleitores, associados de sindicatos ou clientes de uma marca.

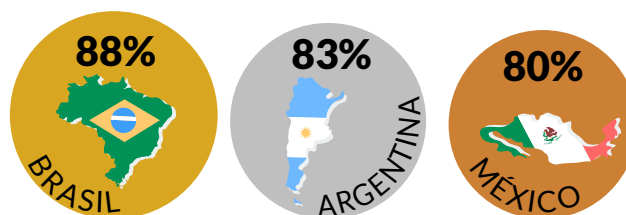
Essa noção é especialmente relevante quando se trata de Brasil. Afinal, o país é, de acordo com relatório publicado pela Comscore em janeiro de 2020, o líder latino-americano no âmbito da utilização de redes sociais como YouTube, Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat, Pinterest e LinkedIn.

O levantamento apontou que 88% da população brasileira acessa ao menos uma dessas redes sociais, proporção acompanhada de perto por países como a Argentina, com 83%, e o México, com cerca de 80%.

Diante desse panorama, Sérgio Lerrer aponta que a forma com que uma organização ou um governo se posiciona na rede – sobretudo as redes sociais – acaba definindo o relacionamento entre esse player e o seu público, de modo que a qualidade da comunicação nesse ambiente digital é o que apontará a esse segundo a capacidade de a organização realizar políticas públicas e entregar serviços relevantes.

População que usa as redes sociais

por país



Fonte: Comscore/2020

“Isso cria um relacionamento no qual as empresas, as organizações e o próprio governo passam a ser vistos quase como ‘pessoas’, com seu caráter, temperamento, postura – boa ou ruim. Tudo isso molda aquilo que os stakeholders pensam sobre essas organizações, bem como suas conclusões sobre estas serem ou não merecedoras de confiança”, pontuou Lerrer.

Além do alcance significativo e da facilidade de acesso, a utilização das redes sociais é também fundamental para o cumprimento dos pilares de interatividade e ouvidoria apontados por Duarte.

Como dito anteriormente na metáfora da Ágora, ao modificar o consagrado esquema de comunicação no qual o emissor disseminava sua informação para um conjunto de receptores, tornando-o difuso – onde os envolvidos no processo de comunicação se alternam constantemente entre os postos de “informantes e informados” –, a comunicação digital abre caminho para a consolidação do modelo de



ciberdemocracia. Isto é, para o uso do ciberespaço, para pluralizar o acesso à voz na construção das políticas públicas.

Saber trabalhar com essa noção é, segundo Lerrer, uma das principais chaves para que, por exemplo, sindicatos e associações ganhem maior relevância junto à sua base de associados e à própria sociedade.

“Se governos e sindicatos não reconhecem que sua base tem o mesmo direito de manifestação e fecham a participação, normalmente acabam perdendo expressão. Isso porque o internauta, ou usuário, acaba percebendo que a audiência dele é desejada, mas o mesmo não pode ser dito à sua opinião e participação”, introduziu o jornalista antes de complementar.

“Então saber gerenciar bem essa interatividade – ouvir o outro lado, abrir canais, dar oportunidade de manifestação – é fundamental. Quanto mais as publicações forem interativas, mais a liderança se fortalece. A liderança que cresce hoje no país é aquela que sabe ouvir e incluir”.

COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA SINDICATOS

Não é novidade que a sociedade tem passado por um processo de individualização e que o reflexo desse cenário tem se manifestado de maneira substancial no âmbito das entidades sindicais.

Números da última Pesquisa Sindical realizada pelo IBGE em 2019 revelaram uma queda de 11,2% na taxa de sindicalização durante o período de amostra. O levantamento mostrou ainda que é na administração pública onde esse cenário tem se apresentado de maneira mais dramática – com uma queda de 3,2% de 2018 para 2019, percentual que, em números brutos, simboliza um registro negativo de 531 mil pessoas sindicalizadas.

Para Sérgio Lerrer, a comunicação digital pode atuar como uma ferramenta importante para mitigar esse cenário – desde que utilizada de maneira estratégica.

O especialista aponta que a validação da causa sindical passa necessariamente por entender melhor a linguagem do outro. Isto é, transcender os guetos, ou “bolhas”, das organizações para se colocar em debates públicos mais amplos, com pautas comuns ao interesse público e de outros nichos de categoria.

“Para isso, os sindicatos têm que ter claro as estratégias de comunicação que falem para o público interno, a base de associados. Uma outra estratégia que fale para o público externo, os cidadãos e a sociedade como um todo. E uma estratégia de comunicação para governos e legislativos. Isso tudo tem que ser implementado ao mesmo tempo e quase sempre tem que ter formatos e conteúdos diferentes”, indicou Lerrer.

O jornalista prosseguiu afirmando que para além da linguagem e do posicionamento, as organizações precisam adotar uma postura de colaboração com outras organizações – criando uma rede de afinidades capaz de expressar unidade em diversas pautas, bem como agir como verdadeiros aliados e parceiros no espaço digital, a fim de promover o intercâmbio de audiência.

“Em resumo, o que as entidades precisam fazer é não comunicar apenas as suas causas, mas também compartilhar as causas de outros com os quais se tem afinidade. É isso que vai dar mais poder àquela categoria e àquelas lideranças a partir da comunicação”, concluiu.





4. AÇÃO SINDICAL E USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Por Jean Michel Bouchara

*Artigo publicado originalmente no trabalho “A era digital e o trabalho bancário”, livro publicado pela editora COOPACESSO



Jean Bouchara

Na quarta-feira, primeiro de julho de 2020, milhares de entregadores “empregados” pelas empresas que controlam aplicativos, como Rappi, iFood, Uber Eats e similares, fizeram greve no Brasil todo. O movimento culminou com manifestações massivas em São Paulo (SP), Campinas (SP), Santo André (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Teresina (PI) Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG).

O que aconteceu exatamente? Os entregadores se organizaram ao longo do mês anterior para preparar a greve; se mobilizaram, pediram apoio e solidariedade aos clientes dos aplicativos, paralisaram as atividades, fizeram manifestações de rua, deram ampla publicidade às suas reivindicações ganhando assim a simpatia e a complacência da opinião pública e, por fim, marcaram nova paralisação para o final do mês.

Trata-se de uma atividade de natureza essencialmente sindical, mas organizada à margem das entidades. Um setor da classe trabalhadora, produto direto da precarização imposta em nível mundial pelo capital e materializada no Brasil pelas reformas trabalhistas de Temer e Bolsonaro, se une e se organiza em defesa de suas reivindicações. Assim, uma massa disforme e pouco visível de “empreendedores” torna-se uma categoria de trabalhadores com voz ativa. As reivindicações não

foram atendidas, porém a relação de forças mudou e algumas decisões judiciais já estão favorecendo os trabalhadores.

Como isso foi possível? Como “empreendedores” dispersos fisicamente conseguiram criar esse fato político? Com disposição de combate sem a qual não existe atividade sindical. Mas quais foram os meios que possibilitaram mobilizar trabalhadores que pouco se consideram parte de uma categoria e ao mesmo tempo unificar pautas de reivindicações, planejar ações e dialogar com a opinião pública? Com o amplo uso da tecnologia da informação!

Os trabalhadores se utilizaram da internet e das ferramentas nela hospedadas, que foram desde aplicativos de mensagens, passando pelas redes sociais e conferências, chegando aos vídeos de propaganda. Todo esse arsenal foi mobilizado com inteligência, possibilitando a paralisação.



[...] a mesma tecnologia que tornou possível a precarização e a hiperexploração de uma categoria de trabalhadores pode, se utilizada com inteligência e com propósitos políticos adequados, ser um poderoso instrumento de ação sindical.”

Esse fato precisa ser entendido pelo movimento sindical por seu profundo significado, tanto político como organizacional: trata-se do uso da tecnologia; a mesma tecnologia que tornou possível a precarização e a hiperexploração de uma categoria de trabalhadores pode, se utilizada com inteligência e com propósitos políticos adequados, ser um poderoso instrumento de ação sindical.

Nos anos 70 e 80 do século passado, o movimento sindical começou a se reorganizar contra o arrocho imposto pela política econômica da época – ditadura militar – e os trabalhadores passaram a retomar o controle de suas entidades expulsando os dirigentes considerados





“pelegos”². Nesse movimento, os bancários tiveram um papel de destaque, principalmente em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A categoria era extremamente numerosa e concentrada.

A quase totalidade dos bancários trabalhava em agências, as maiores agências, próximas entre si, ficavam nos centros de negócios das grandes cidades. Os demais bancários trabalhavam nos Centros de Processamento de Dados (CPDs) e nos Centros Operacionais responsáveis pelas atividades de retaguarda, como o Setor de Compensação. Com um único carro de som ou uma única equipe de panfletagem era possível ter acesso a uma grande parte da categoria. Essa situação favoreceu o desenvolvimento de um sindicalismo “clássico” que tomava emprestado os meios de luta e organização do movimento operário: assembleias massivas, passeatas, panfletagens, piquetes e greves.

Sabemos da significativa mudança do trabalho bancário nos últimos 40 anos, nos quais a categoria foi numericamente reduzida a uma fração do que era. A atividade foi fragmentada e hoje boa parte das operações são executadas pelos próprios clientes nos terminais e aplicativos. Os processos de terceirização e precarização agravaram a fragmentação da categoria. Se a necessidade da ação sindical continua existindo, os meios devem mudar, e o movimento dos empregados dos aplicativos pode indicar o caminho.

As redes sociais podem servir de espaço de mobilização, informação e debate, reduzindo, dessa forma, a dispersão física e substituindo a reunião ou assembleia tradicional. As aplicações de mensagens assumem a função da “rádio peão”; decisões podem ser tomadas em rápidas videoconferências;

2 Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo.

e, por fim, plataformas de publicação de vídeo são instrumentos poderosos de esclarecimento e propaganda. Esses instrumentos – que, lembremos, são meios e não substituem a vontade e o rumo político – possibilitam o que o técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), João Guilherme Vargas Netto, chama, em artigo publicado na internet em novembro de 2018, de “renascimento dos sindicatos”.

Não se trata de fenômeno totalmente novo. Assim, foi organizada em maio de 2018 a histórica paralisação nacional dos caminhoneiros, que pôs de joelhos e por pouco não derrubou o governo Temer. Sem o uso da tecnologia teria sido impossível organizar, orientar, informar e mobilizar categoria tão dispersa, heterogênea e sem tradição de luta sindical. Mais recentemente, as campanhas salariais de sindicatos tradicionais, como o Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP), também se apoiaram fortemente em ferramentas tecnológicas.

Esse fenômeno não está circunscrito ao Brasil. Nos Estados Unidos, na década de 2010, verificou-se um renascimento sindical impulsionado pelos millennials (jovens adultos, assim são chamados os nascidos entre a década de 80 e os primeiros anos do século XXI). Esses jovens foram excluídos do suposto “boom” econômico que concentrou as riquezas nas mãos de um grupo cada vez menor e mais rico. Eles não têm perspectiva a curto prazo, nem educação política “tradicional”, mas se lançam à luta, ignorando o passado, não raro mafioso, das entidades. Esse renascimento sindical tem a marca da tecnologia.

Os sindicatos já estruturados, como “os bancários”, devem também se utilizar dessas ferramentas (tecnologias), mas não se trata de “espontaneísmo”. Para que sejam úteis, com benefícios perenes, é necessário adotar uma boa infraestrutura tecnológica: ferramentas bem escolhidas e treinamento adequado às pessoas envolvidas na utilização. Tudo isso aliado a serviços que aproximem o sindicato do trabalhador. Por exemplo: carteirinha virtual, consulta a processo trabalhista, solicitação de benefício, cursos de formação, estadia em colônia de férias etc.

Esses recursos compõem o que chamamos de segunda geração da informatização das entidades sindicais, ou de “sindicato virtual”. São dependentes da internet e da conectividade. Visam alcançar, dialogar e dar voz ao trabalhador independente de seu local de trabalho. A primeira geração “da informatização” foi impulsionada, no Brasil, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a partir do final dos anos 80. Hoje, a maioria dos sindicatos dispõe de sistemas que visam controlar seus processos internos: cadastro de associados, arrecadação de mensalidades, assessoria jurídica, controle de finanças, cursos, convênios e outros. Tais ferramentas são



oferecidas por diversas empresas, mas mesmo com investimentos significativos por parte dos sindicatos, em sua implantação, nem sempre há condições suficientes, diminuindo o potencial de aproveitamento dos sistemas. Isso se deve a múltiplas razões: infraestrutura insuficiente, falta de continuidade entre gestões, falta de formação e treinamento de funcionários.

CONSIDERAÇÕES

Tanto os sistemas mais recentes, de “segunda geração”, como os mais antigos, da “primeira”, só conseguem cumprir a função, que em última instância é facilitar a ação sindical, quando sua adoção e implantação forem de fato assumidos como tarefa pela direção da entidade, tornando-se objeto de rigoroso planejamento. Sem isso, o risco de frustração, desperdício e subutilização das ferramentas é grande.

Por fim, não podemos esquecer do principal benefício da tecnologia bem empregada: a democracia e a plena participação da categoria nas decisões de sua entidade. Embora o confinamento, causado pela pandemia da Covid-19, tenha nos atualizado (pelo menos parte das pessoas) no uso da tecnologia, não se trata de assunto novo. Com as ferramentas da internet é possível, atualmente, realizar de modo virtual congressos, assembleias e plenárias. Há diversas soluções (pagas e gratuitas) de videoconferência e webinar (videoconferência controlada e moderada) com as quais essas reuniões podem ser feitas com ampla e satisfatória participação. Algumas dessas reuniões tiveram a participação de milhares de trabalhadores, o que seria muito difícil de acontecer presencialmente, ainda mais em tempo de quarentena.

Quando pensamos em democracia, pensamos em voto. No curso de assembleias e congressos é possível organizar as votações com toda segurança e proteção de confidencialidade. As votações podem ocorrer concomitante às reuniões ou em separado, apenas como uma consulta à categoria. Recentemente vários acordos celebrados entre sindicatos e empresas –principalmente relativos a questões de redução de jornadas – foram assim votados, com grande participação dos trabalhadores. Dessa forma, os acordos ganham maior legitimidade.

Mesmo as eleições para renovação da diretoria podem ser feitas virtualmente. Todos conhecem a complicada e onerosa logística de roteiro de urna, votação na sede e nas subdesdes, transporte de urnas, fiscalização e apuração de uma eleição tradicional, ainda mais em categorias geograficamente espalhadas. O mesmo pleito, se virtual, além de possuir uma segurança igual ou até maior que a física, pode custar bem menos, envolver uma parcela

maior dos trabalhadores com rápida apuração e auditoria. A democracia ganha e com ela o sindicato e os seus filiados.

Podemos dizer que hoje os sindicatos são mais necessários e insubstituíveis que nunca. Sua ação depende, desde sempre, de mobilização, vontade e uma política participativa. A tecnologia não substitui nada disso, mas é um meio essencial para que a ação sindical, nesse momento, atinja com maior alcance os trabalhadores representados.

A NECESSIDADE DE PLANEJAR O USO DA TECNOLOGIA

Os sindicatos brasileiros investem em tecnologia da informação e comunicação. Desde os anos 80, sob impulso do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), adquiriram os primeiros microcomputadores e começaram a implementar sistemas de controle de cadastro e de arrecadação. Em seguida, vieram as redes locais, os servidores dedicados, a internet, a necessidade de se conectar às subdesdes e unidades remotas como clubes de campo e colônias de férias. Depois vieram sistemas complementares, como jurídico, benefícios e finanças. Logo em seguida, foi necessário marcar presença na internet com domínio próprio e site.

Esses investimentos são consideráveis e tendem a crescer, mas isso significa, para as entidades, um retorno e um grau de informatização compatível com tais despesas? A resposta é: muitas vezes não.

O maior obstáculo é a falta de continuidade. A tecnologia é adotada muito mais como resposta a uma necessidade imediata do que como fruto de uma discussão estratégica. Assim, costuma ser implementada por um administrador ou um diretor que se interessa pelo assunto, porém sem um respaldo institucional.

Seria melhor que os projetos fossem decididos e implementados dentro de um planejamento perene, com um horizonte de médio e longo prazo. O foco seria, por um lado, as necessidades operacionais da entidade, a melhoria de seus processos, mas principalmente a necessidade de se aproximar e dar voz à categoria, ao associado.

Essa aproximação demanda ferramentas modernas, muitas delas ainda em fase de amadurecimento. O ritmo mais cadenciado da implantação dos sistemas corporativos agora deve dar lugar a decisões rápidas. Sem um planejamento institucional perene, teremos desperdício de recursos e falta de continuidade dos projetos.







5. O IMPACTO DA LGPD NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DOS SINDICATOS

A nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrará em vigor em janeiro de 2021, ela foi adiada em razão da pandemia do novo coronavírus. Entretanto, pouco se tem discutido sobre o seu impacto na segurança da informação do sindicato.

Seja na internet ou em lugares físicos, os dados pessoais são expostos e colhidos por empresas que os aplicam em suas estratégias. O que ocorre é que os dados são coletados, muitas vezes, sem consentimento da pessoa.

A LGPD, por sua vez, considera primordial a noção de recolhimento de informações por parte dos usuários e lhes concede o poder de alterar ou excluir o que foi captado. Seus princípios envolvem a finalidade, transparência e segurança.

Agora, as empresas devem pedir permissão para tal coleta e, se não o fizerem, estarão sujeitas às penalidades da nova lei, que no âmbito civil pode chegar à multa de R\$ 50 milhões por incidente.

Por esse motivo, confira os impactos no sindicato.

IMPACTO DA LGPD NO SINDICATO

Sem exceções, todas as companhias devem adotar medidas de boas práticas para evitar que os dados sejam violados, principalmente porque está previsto na LGPD que esse ato será considerado como critério atenuante das penas.

Em cada empresa, deverá existir o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) para promover essa cultura de segurança, que será fiscalizada pelo órgão de Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Quando falamos nos dados e nas relações trabalhistas, as informações pessoais são utilizadas em:

- Processos seletivos.
- Contratos de trabalho.
- Rescisões contratuais.
- Terceirização de serviços.
- Contratações de autônomos.

Como na relação de trabalho os dados do contratado vigoram desde a fase pré-contratual até a entrada efetiva na empresa, qualquer mudança que possa haver no contrato, o sindicato deve ser consultado para a defesa de direitos.

É papel do sindicato avaliar as condições de cada coleta referente aos profissionais que defende, para averiguar se a lei está sendo cumprida e se os direitos dos trabalhadores estão vigentes.

Principalmente com a LGPD, o sindicato deve exigir transparência na coleta de dados caso algum membro de sua classe se sinta desrespeitado ou violado.

Todos os empregadores devem fornecer explicações aos seus funcionários sobre a questão do repasse de informações também aos sindicatos.

Entretanto, pelo fato de o consentimento por parte do titular ter que ser expresso, a autorização poderá ser realizada por meio de assembleias da entidade sindical, para que a classe se manifeste em conjunto a respeito desse assunto.

Nessa assembleia sindical, os trabalhadores expressam suas autorizações em listas destinadas ao sindicato, passam a ser negociações coletivas e não mais individuais, para promover benefícios unânimes aos pertencentes da categoria.

Essa negociação coletiva não viola o direito dos trabalhadores e está pautada na unicidade sindical com o intuito de representar o interesse da classe, de acordo com o artigo 8º da Constituição Federal.

Após a autorização realizada em assembleia, a cláusula convencional deve conter a data da reunião e a abrangência geral de todos os integrantes que aquele sindicato representa.

A questão desse repasse de informações dos empregados à assembleia não infringe a LGPD, pois corresponde à solidariedade, boa-fé objetiva e função social do pacto coletivo no artigo 7º da Constituição Federal.

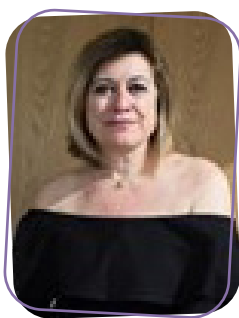




6. AS MULHERES NO MERCADO DE TI - SANDRA RODRIGUEIRO

Executiva analisa espaço das mulheres no mercado de tecnologia

Brasileira em atuação na Espanha, Sandra Rodrigueiro traçou comparativos entre os dois países e apontou as principais barreiras para a consolidação das mulheres na área de TI



Sandra Rodrigueiro

Embora a pauta da igualdade de gênero tenha avançado significativamente nos últimos anos, ainda estamos longe de poder afirmar que existe um quadro de equidade no que diz respeito à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Segundo o relatório Global Gender Gap de 2021, coordenado pelo Fórum Econômico Mundial, o mundo levará cerca de 133 anos para alcançar níveis de equidade suficientes para caracterizar a sociedade como um ambiente de paridade de gênero.

Tais desigualdades tendem a se intensificar em áreas tradicionalmente masculinizadas, caso do mercado de tecnologia da informação, dentro do qual, segundo dados de pesquisa realizada pela Accenture em março de 2021, as mulheres representam 32% dos trabalhadores.

O mesmo estudo, denominado Resetting Tech Culture, concluiu ainda que esse montante cai para 20% quando a amostragem se restringe às mil maiores empresas do planeta.

Para discutir esse contexto, a revista da Pandora convidou a brasileira Sandra Rodrigueiro, especialista do mercado de tecnologia que coordena um grupo de mentoria para mulheres em posição de executivas na cidade de Barcelona, na Espanha.

Profissional de sucesso, tendo sido superintendente de operação do banco Itaú por mais de 11 anos, Sandra estabeleceu um comparativo entre o mercado espanhol e o brasileiro, bem como apontou algumas das principais barreiras que têm, de alguma maneira, bloqueado o acesso das mulheres à área de TI.

Confira a seguir a íntegra do bate-papo.

Pandora - Como é o mercado de TI para as mulheres atualmente? Existem diferenças entre o mercado espanhol e o brasileiro nesse sentido?

Sandra Rodrigueiro - O mercado de TI, assim como outras profissões, evoluiu muito nos últimos anos com relação à conscientização da diversidade no seu corpo diretivo, começando desde a contratação e ascensão de mulheres, assim como outras comunidades, etnias e minorias.

Isso não quer dizer que estamos num nível “equilibrado”, que é exatamente o foco da sociedade atual. O que entendo que a sociedade busca, é um ciclo natural para o crescimento do ser humano, onde haja uma inclusão do cidadão com oportunidades de boa educação, saúde e emprego.

E voltando para as mulheres, as restrições e a cultura da sociedade com um viés masculino em várias áreas profissionais, não aproveitavam as vantagens dessa diversidade, e aos poucos está ficando claro para as empresas que esse equilíbrio de forças, personalidades e competências traz resultado.



No nosso grupo de Mulheres CIO Brasil (Executivas de Tecnologia), com 18 anos de formação consegue testemunhar essa evolução de mercado. E hoje temos muitas de nós em cargos elevados em grandes corporações no Brasil e no exterior.

Aqui na Europa, estou vivendo um momento mais avançado que o Brasil e também com discussões de leis num nível diferente. Uma comparação interessante é o cargo de “Conselheiras de Administração” nas empresas cotizadas em cada país: no Brasil temos 11% de mulheres nos conselhos e aqui na Espanha são 31%.

Pandora - De acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos mais de 580 mil profissionais de TI que atuam no Brasil apenas 20% são mulheres. A que você acha que se deve esse cenário?

Sandra Rodrigueiro - Bem, o que falamos na pergunta anterior: cultura e restrições de acessos a profissões tidas como masculinas.

Hoje, nosso lema é “Lugar de mulher é onde ela quiser”, reforçando que as profissões não devem ter restrições de gênero (mesmo que cultural), e sim uma questão de competência! A formação escolar é fundamental e, por isso, o Grupo MCIO Brasil, que faço parte, acredita que motivar as meninas a entrarem na carreira de tecnologia, ciência de dados e estatísticas fará grande diferença no mercado.

Nossa missão é de inclusão das mulheres no mercado de tecnologia, pois além de oportunidade de cursos gratuitos de formação, estamos fazendo parcerias com empresas para entrevistas e possibilidades de contratação das mulheres que finalizarem os cursos. E após a contratação terá mentoria por uma madrinha CIO do grupo. Isso é inclusão no mercado de trabalho.

Pandora - Existem diferenças entre o mercado espanhol e o brasileiro nesse sentido?

Sandra Rodrigueiro - Não muda muito, mas confesso que imaginava que era diferente. Vejo poucos jovens buscando essa carreira e as vagas na área são infinitas. Um mercado carente de profissionais.

Pandora - Qual a importância de se contar com uma equipe plural e diversa nas atividades relacionadas à área de TI?

Sandra Rodrigueiro - Basicamente chegar em soluções criativas e oferecer uma experiência melhor para o cliente final.

Pandora - Você enfrentou algum tipo de barreira na sua trajetória na área?

Sandra Rodrigueiro - Confesso que não. Na minha adolescência tive a sorte de trabalhar no CTH - Centro Tecnológico de Hidráulica na USP e encontrei pessoas da área de Engenharia e Tecnologia que me inspiraram e me apoiaram a entrar nesse mundo.

Durante minha carreira nos bancos em que trabalhei, um ambiente bem masculino entre os executivos, não posso dizer que foi fácil, mas também aprendi com algumas poucas mulheres como deveria me desenvolver e afinal sobreviver nesse ambiente.

Nunca experimentei um preconceito direto, mas na minha época pouco se falava de assédio moral ou sexual.

Quando conto minha história de 40 anos de trabalho, digo sempre que nós mulheres temos muito que comemorar, por toda evolução e conscientização da diversidade. Mas sou contra o radicalismo e acredito que temos sim que estudar muito, nos qualificar e demonstrar nossa competência para garantir nosso espaço no mercado de trabalho.

Pandora - O que te atraiu para a TI?

Sandra Rodrigueiro - Quando eu era jovem, o acesso a computadores (grande porte) não era popular. Como eu tive essa oportunidade (sem grandes escolhas), acabei me apaixonando pela área. Aprendi a programar as tarefas em ambiente de produção de computadores (scheduler) e posteriormente desenvolvimento de sistemas (programadora). E com isso passei por todas as etapas da carreira de TI até ser gestora e executiva.

Pandora - Recentemente, a Google afirmou que apenas 30% de seus colaboradores são mulheres. Você acredita que as grandes empresas possam criar políticas afirmativas para incentivar uma maior inserção de profissionais femininas em suas equipes?

Sandra Rodrigueiro - Sim, as grandes empresas já estão preocupadas com isso. Aqui na Espanha existe muito a inclusão por exigência de lei (cotas), a qual eu entendo que ajuda inicialmente, mas não concordo, pois podemos discriminar outras pessoas.

Minha crença é que a educação e o esforço da sociedade trarão o equilíbrio necessário para as organizações.





7. ASSEMBLEIAS VIRTUAIS HÍBRIDAS: TENDÊNCIA OU PRESENCIAL PREVALECERÁ

Legado do “boom” das assembleias digitais durante a pandemia dará suporte para a padronização do modelo híbrido no Brasil pós-Covid

Segundo especialista em governança, modelo que já está em fase de testes no mundo corporativo oferece maior acessibilidade

A pandemia do novo coronavírus trouxe com ela a obrigatoriedade de se encontrar alternativas para a impossibilidade de se realizar encontros presenciais.

Como reflexo desse cenário, ferramentas destinadas para a realização de videoconferências simples, como o Zoom, o Microsoft Teams e o Google Meet, experimentaram um crescimento exponencial no período. Crescimento este que se reflete nos números de seus usuários.

A primeira apresentou um crescimento de 300% entre dezembro de 2019 e abril de 2021. Já a segunda alcançou uma alta de 100% entre os abris de 2020 e 2021. A terceira, por sua vez, não ficou para trás e cresceu expressivos 275% apenas no primeiro semestre do calendário atual.

Essa necessidade de distanciamento social, é claro, não impactou apenas as reuniões mais cotidianas, ao passo que ofereceu obstáculos também para encontros mais formais, como as assembleias, fossem elas no âmbito da política institucional, das entidades sindicais, dos segmentos empresariais e até mesmo dos condomínios.

Para responder a essa demanda urgente e não paralisar processos decisórios importantes até que a Covid-19 passasse de ser um fator no país, cada um desses setores buscou suas próprias alternativas para garantir, ao mesmo tempo, a factibilidade e a segurança da realização dessas reuniões.

Dentro da política institucional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a criação inédita de um sistema de Deliberação Remota no mês de março de 2020, logo que os efeitos da pandemia passaram a ser sentidos no país.

As entidades sindicais, por suas vezes, tiveram à sua disposição tecnologias inovadoras, como a plataforma Panágora, desenvolvido pela Pandora para garantir a autenticidade dos usuários que acessam as assembleias, bem como garantir a segurança e imutabilidade das informações armazenadas a partir do uso de criptografia.

Os condomínios que, segundo o Group Software, apresentaram um aumento de 3000% na utilização de assembleias on-line no ano de 2020 e mantêm uma taxa de crescimento de 200% ao mês em 2021, também contaram com plataformas voltadas a essa finalidade.



Democracia digital se torna realidade no terceiro setor

Assim como o fez com a política institucional, a pandemia da Covid-19 exigiu criatividade de organizações que, assim como o Congresso, baseiam suas decisões em um sistema de democracia direta. Isto é, a partir dos votos de seus membros.

Esse cenário exigiu criatividade e urgência por parte de entidades como o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (SindBancários), para que o trabalho não fosse totalmente paralisado até que a pandemia tivesse um desfecho.

“A necessidade de distanciamento social e isolamento, à qual aderimos imediatamente, travou os processos decisórios e tivemos que correr atrás de alternativas digitais que nos permitissem retomar rapidamente os fluxos do dia a dia, sobretudo a realização de plenárias e assembleias com a categoria”, relatou Luciano Feztner, presidente do SindBancários.

Segundo o líder sindical, as primeiras soluções encontradas pela entidade partiram da utilização de ferramentas como o WhatsApp e o Zoom Meetings, alternativas que, à primeira hora, permitiram a retomada de realizações cotidianas da diretoria, a continuidade das rotinas internas e o atendimento à categoria.

Embora mitigassem alguns gargalos da comunicação a distância, essas ferramentas não supriam a falta de um sistema auditável que permitisse um controle antifraudes e garantisse a lisura nas votações. A solução para esse problema central veio

a partir da Panágora, ferramenta inovadora criada por um velho conhecido dos sindicatos do país, a Pandora.

Fundada em 1990 por membros do DIEESE e consolidada, desde então, como um dos principais agentes da informatização de sindicatos dos mais variados portes, a Pandora criou um complexo sistema de segurança para votações voltado não apenas a garantir que os votos estão sendo registrados apenas pelos indivíduos autorizados a fazê-lo, como também para garantir o sigilo de cada voto.

“A solução de votação eletrônica Panágora resolveu essa questão. Pudemos passar a realizar eleições, assembleias e consultas públicas não só tranquilos em relação à segurança, mas também com a certeza de estarmos transmitindo a devida confiabilidade para os associados e a categoria em geral”, afirmou Feztner antes de pontuar alguns dos processos de votação realizados no SindBancários com a ajuda da Panágora.

“Passamos ao longo desse período por eleições, campanha salarial, plenárias, negociações pontuais, atividades de delegados sindicais, entre outros (...) Curiosidade nesse caso: ainda que a participação nas telereuniões das grandes assembleias tenha se mostrado um pouco menores que no presencial, a participação nas votações via sistema Panágora nos apontou um ponto de aumento de participação média”, concluiu o dirigente.

O LEGADO DAS ASSEMBLEIAS VIRTUAIS NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

Tamanha explosão das assembleias virtuais e as consequentes soluções tecnológicas desenvolvidas para atender a essa demanda, levanta-se naturais questionamentos sobre a serventia dessa experiência excepcional no Brasil pós-pandemia.

Isso porque, embora a crise sanitária no território tupiniquim ainda pareça estar longe de ter um fim, o avanço da vacinação – ainda que a passos lentos – indica que as reuniões e assembleias poderão voltar a ser realizadas de maneira presencial em meados de 2022.

Será, no entanto, que a possibilidade desse retorno ao mundo totalmente físico significará, na prática, o fim da utilização dos ambientes virtuais como ponto de encontro de parlamentares, associados, colegas de empresa e condôminos?

De acordo com o especialista em Direito Empresarial e Governança Corporativa, Leonardo Barém Leite, é improvável que o abandono completo dos ciberespaços ocorra – mesmo depois de retiradas todas as restrições voltadas a reduzir a transmissibilidade da Covid-19.

Segundo Leite, que também é sócio do escritório Almeida Advogados, a tendência é que a maior parte dos players passe a combinar físico e virtual no chamado modelo híbrido.

“O que eu e grande parte do mercado defendemos é que, em termos de governança corporativa, o modelo híbrido é o ideal. Afinal, dentre outras coisas, ele vai permitir que os interessados participem das reuniões por meio do modelo mais confortável para eles, bem como aqueles que lhes parecer mais seguro e conveniente”, apontou o especialista.





Leonardo Leite

Leite complementa ainda que essa versatilidade do modelo híbrido é fundamental para a garantia de uma acessibilidade ampla, ao passo que retira as barreiras mais incômodas para cada indivíduo, sejam elas as presentes nos “contras” do modelo físico ou nos “senões” do modelo 100% digital.

“Sozinhos, os dois modelos têm seus prós e contras. O modelo físico, por exemplo, reforça a capacidade da comunicação olho no olho e a capacidade de argumentação entre os participantes, mas impede, por exemplo que alguém participe de duas reuniões em cidades diferentes em um mesmo dia”, colocou Leite antes de complementar citando as vantagens e desvantagens do modelo digital.

“Já o modelo digital diminui custos e permite uma maior flexibilidade para os participantes de maneira geral, mas – em contrapartida – limita a participação daqueles que não dominam a tecnologia ou não possuem uma conexão ou um equipamento adequado”.

Questionado sobre os principais desafios para a consolidação definitiva do modelo híbrido, o advogado afirmou que eles se distribuem em dois eixos principais: o cultural e o tecnológico-estrutural.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Leite contou que, nas iniciativas teste que já participou, o surgimento de situações confusas nas quais os moderadores encontram dificuldade para fazer com que os dois ambientes estejam integrados e se coloquem, de fato, como um local unificado foi bastante comum.

“Teremos que aprender a realizar assembleias híbridas. Será um processo de aprendizado. Em algumas experiências que tive, o próprio moderador fica em dúvida se dá mais atenção para o presencial ou para o virtual. Ainda está longe de ser uma dinâmica orgânica”, relatou o sócio da Almeida Advogados.

Já ao comentar o outro nicho de desafio, o tecnológico-estrutural, Leite destacou que, ainda que plataformas de qualidade tenham surgido e se aperfeiçoado durante a pandemia, elas precisam ainda dar um próximo passo no que diz respeito à segurança.

“Já existem plataformas. Elas estão ganhando qualidade, mas elas não são infalíveis. Há sempre o risco, por exemplo, de um hacker invadir a reunião. Recentemente tivemos um problema grande com isso na JBS, em uma invasão que tirou a fábrica do ar”, analisou.

Além da necessidade de melhora das plataformas específicas para a realização de assembleias híbridas, o entrevistado mencionou os gargalos de infraestrutura do país como um bloqueio relevante.

“Você sabe que temos um problema sério com a conexão aqui no Brasil, não é? Não são raras as vezes em que a conexão cai no meio de uma reunião, por exemplo. Nesse mesmo sentido existe ainda questões envolvendo quedas e falta de energia elétrica, que podem alijar determinados usuários das reuniões em momentos inconvenientes”.

A despeito dos gargalos mencionados, porém, Leite afirma que os ganhos obtidos no âmbito da governança e da acessibilidade são suficientes para consagrar o modelo híbrido como aquele que deve ser seguido pelas instituições ao final da pandemia, de modo que, segundo ele, diversas empresas e instituições já estão se planejando para adotá-lo da melhor maneira possível a partir de 2022.

“O modelo híbrido é aquele que faz mais sentido. Afinal, estamos vivendo em um mundo cada vez mais inclusivo e plural. Pelo que espero e tenho acompanhado, este modelo passará a ser testado fortemente no próximo ano”, concluiu.





8. SISTEMA DE VOTAÇÃO TELEPRESENCIAL - O QUE É E COMO SE APROXIMA DA VOTAÇÃO PRESENCIAL - FABIANO SANTOS

Diretor do Sintrajud analisa consolidação das votações telepresenciais durante a pandemia

Segundo Fabiano dos Santos, movimento iniciado durante a crise sanitária deverá seguir relevante no pós-Covid-19



Fabiano dos Santos

A necessidade de se cercar de garantias para conferir legitimidade às votações em assembleias virtuais levou as chamadas votações telepresenciais a se popularizarem no ambiente sindical durante a pandemia do novo coronavírus.

Com o objetivo de compreender como essa modalidade tem evoluído na prática das entidades, nossa reportagem conversou com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud), Fabiano dos Santos.

De acordo com a liderança, as votações tiveram de quebrar uma série de paradigmas para se consolidar como uma opção real, bem como se valeram do caráter imperativo do distanciamento social para evoluírem enquanto plataformas e sistemas.

“Sem sombra de dúvida, os sistemas que possibilitam votações telepresenciais se desenvolveram muito durante o período, acumulando a partir das tecnologias já existentes e anteriormente desenvolvidas”, analisou Santos.

Confira a íntegra do bate-papo e saiba como essa inovação poderá contribuir para sua entidade mesmo após a crise sanitária.

Pandora - No que consiste o sistema de votação telepresencial?

Fabiano dos Santos - O sistema de votação telepresencial consiste em uma reprodução dos sistemas de votação presenciais, porém viabilizando a participação a distância. É o único sistema de votação que fecha completamente o circuito de salvaguar-

das que asseguram a pessoalidade do voto, combinando diferentes tecnologias para isso.

Pandora - Em que características ele se aproxima da pessoalidade oferecida pela votação presencial?

Fabiano dos Santos - Ao permitir que cada votante se identifique de forma pessoal e positiva, por meio de uma plataforma de videoconferência, introduz-se no processo de votação a segurança de que quem está votando é realmente quem deveria estar votando. A identificação pessoal positiva se dá por meio de interação por vídeo, onde é possível aferir a identidade da pessoa, por meio das imagens, conferindo o rosto e até mesmo documentos de identidade.

Pandora - Esses sistemas já estavam consolidados antes do “boom” das assembleias virtuais e híbridas durante a pandemia ou a votação telepresencial evoluiu no período para suprir a maior demanda?

Fabiano dos Santos - Antes da pandemia, a possibilidade de votações telepresenciais era amplamente descartada, de forma apressada, inclusive. Com as restrições de circulação e aglomeração, tornou-se imperativa a utilização de recursos on-line para assegurar a continuidade dos trabalhos das entidades representativas e associativas. Porém, os sistemas de votação eram ainda muito incipientes, e não havia nem muitos recursos nem conhecimento acumulado acerca do tema.

Sem sombra de dúvida, os sistemas que possibilitam votações telepresenciais se desenvolveram muito durante o período, acumulando a partir das tecnologias já existentes e anteriormente desenvolvidas.



Pandora - Qual a importância da votação telepresencial para a garantia da segurança do pleito?

Fabiano dos Santos - Com a identificação positiva dos participantes em deliberação eletrônica, fecha-se a principal brecha de segurança em um pleito realizado em forma digital: a garantia da identidade do votante. Associado a outros mecanismos, como a criptografia, é possível ter uma votação telepresencial em níveis de segurança até maiores do que eleições presenciais com cédulas em papel.

Pandora - Você acredita que quando tivermos uma diminuição significativa do impacto da pandemia e o consequente relaxamento das restrições de mobilidade, as assembleias híbridas e digitais seguirão relevantes?

Fabiano dos Santos - A pandemia fez ser superado na prática um antigo debate sobre a viabilidade de assembleias digitais ou híbridas. Dificilmente será feito o caminho de volta para assembleias unicamente físicas e presenciais. Por outro lado, as assembleias exclusivamente on-line mostraram muitos limites, inclusive quanto à dinâmica de condução dos trabalhos. Penso ser uma aposta segura que o formato híbrido será cada vez mais forte, com ênfase ao presencial, complementado pelo virtual.

Pandora - Em quais segmentos as votações telepresenciais mais se consolidaram durante a pandemia? Ela foi usada com que frequência por sindicatos, condomínios, empresas e política institucional?

Fabiano dos Santos - As votações telepresenciais se consolidaram em todos os setores que exigem a realização de assembleias. Sindicatos, condomínios, empresas e associações, todos adotaram em maior ou menor grau, com maior ou menor frequência o formato on-line e, conseqüentemente, as votações telepresenciais. Em especial, os sindicatos adotaram medidas de segurança e controle muito adequados em especial para a realização de eleições, com menor rigor em assembleias e deliberações de menor impacto. O mesmo pode ser dito a outros setores que realizaram suas assembleias de forma on-line ou híbrida no período.





9. COMO AUMENTAR A SEGURANÇA NAS ASSEMBLEIAS VIRTUAIS

Softwares de confiança são centrais, mas regulamentação e cultura também são indispensáveis para a realização segura de assembleias digitais

Para especialistas, orientação adequada do coordenador sobre o funcionamento detalhado da reunião é o primeiro passo em direção à seguridade e legitimidade



Leonardo Leite

Na reportagem na qual discutimos a tendência da adoção do modelo híbrido de assembleias para o Brasil pós-pandemia (ver na página 21), o especialista em Direito Empresarial e Governança Corporativa, Leonardo Barém Leite, apontou a questão da segurança como uma das principais barreiras para a consolidação definitiva do modelo.

Na ocasião, ele reforçou a necessidade de evolução das ferramentas existentes no mercado e um melhor entendimento cultural por parte dos condutores dessas reuniões.

Com o objetivo de expandir as discussões em torno da temática da segurança nas assembleias digitais, nossa reportagem foi buscar casos de benchmark em diferentes nichos, a fim de compreender os elementos fundamentais para garantir a seguridade desses ambientes de tomada de decisão e, por conseguinte, da idoneidade do processo.



André Baldini

Diretor de negócios da Superlógica, empresa especializada em softwares de gestão para administração de condomínios, André Baldini apontou que a criação de um ambiente seguro e com respaldo legal depende, acima de tudo, da clareza, da transparência e da organização da equipe responsável pela organização daquela reunião.

Nesse contexto, o executivo aponta que plataformas como a desenvolvida pela sua empresa é apenas um dos passos, embora fundamental, para que a assembleia virtual ou híbrida possa ser considerada segura.

Com a expertise de alguém à frente de uma plataforma que registrou mais de 20.000 sessões virtuais realizadas no ano de 2020, Baldini construiu uma espécie de cartilha a ser seguida pelos coordenadores das assembleias, cartilha esta que, no nicho dos condomínios, é direcionada aos síndicos, mas que pode ser replicada para, por exemplo, uma mesa diretora de uma entidade sindical.



Confira o passo a passo do manual de boas práticas para a realização de assembleias virtuais criado pela Superlógica.

Passo

1 Ensine o coordenador da reunião sobre o funcionamento detalhado da assembleia virtual: ainda que a convocação e captação de votos seja realizada pela administradora, é importante que o organizador legal da assembleia conheça todos os passos, desde a sua organização até a execução do registro em cartório. Com confiança e entendimento do processo completo, as chances de sucesso aumentam consideravelmente.

Passo

2 Sobre o edital de convocação: todos os passos da assembleia devem ficar muito claros no edital para que os votos sejam aplicados de forma segura e evitem o ajuizamento. Período, tipo de assembleia e orientações sobre os processos são informações cruciais.

Passo

3 Seja claro nos itens de pauta para facilitar o voto: quanto mais clareza de informações, menos dúvidas são geradas e mais ágil se torna a votação. Na plataforma da Superlógica, o organizador legal pode inserir imagens, documentos (como orçamentos e laudos) e apresentações, facilitando o entendimento por parte dos moradores.

Passo

4 Seja rápido para sanar as dúvidas dos participantes: permita comentários e dúvidas em cada item da pauta. Nossa orientação é que o organizador legal tente responder rapidamente e com bastante clareza.

Passo

5 Como fazer a apuração: esse processo deve estar descrito no edital. O organizador legal deve coletar os votos e bater com a lista de presença, garantindo que o voto seja por unidade.

Passo

6 Coleta de documentos e registro em cartório: o organizador legal deve finalizar juntando todos os documentos (edital, pareceres, procurações, lista de presença e coleção dos votos) com a ata da assembleia e dar a entrada ao registro desta em cartório.

Segundo Baldini, a percepção por parte dos associados sobre a seriedade e a segurança do processo, somada à conveniência propiciada pela flexibilidade do modelo digital, garantiu um aumento substancial da participação nas assembleias realizadas a partir da plataforma da Superlógica.

“Com a modalidade virtual, o índice de participação gira em torno de 70%, contra 15% do modelo presencial”, relatou o executivo.

Outro porta-voz ligado ao segmento dos condomínios, área em que as assembleias virtuais tiveram um aumento de 3000% durante o ano de 2020, o diretor da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi), Marcelo Borges, chamou a atenção para a indispensabilidade de se prever o funcionamento das reuniões remotas no regulamento interno da instituição que a realiza, de novo, seja ela uma empresa, uma entidade sindical ou um condomínio.

Borges afirma que essa necessidade se faz valer pelo fato de não haver uma regulamentação padrão estabelecendo as diretrizes para a realização de uma assembleia virtual ou híbrida.

“Cada organização precisa dar um foco especial no regulamento interno. Isso oferecerá maior segurança jurídica”, introduziu o dirigente da Abadi, detalhando os itens a serem inseridos nessas normas na sequência.

“Nesse regulamento, é importante haver a aprovação da forma de realização dessas assembleias, os procedimentos de votação e validação da unidade, bem como o sistema seguro a ser empregado”.

Questionado sobre um possível acréscimo de maturidade das assembleias digitais desde o início da pandemia, Borges colocou que a maior demanda e a impossibilidade de realizar esses eventos de maneira presencial promoveram uma aceleração inevitável nos processos de aprimoramento não apenas das plataformas, mas de toda a estrutura e regulamentação necessária para a garantia da segurança e da legitimidade desses eventos.

Segundo ele, questões simples, mas fundamentais como a aquisição de uma melhor rede de internet por parte das organizações e ajustes nos equipamentos utilizados estiveram em destaque durante a crise sanitária.

“No início tudo era muito novo e com o tempo alguns gargalos foram suplantados. Foi preciso que as organizações melhorassem suas conexões, adquirissem sistema de som adaptado ao computador ou notebook para que todos pudessem ouvir as manifestações e, como já foi mencionado, definissem regras claras quando da apresentação de procura-



ções, entre outros avanços”, analisou Borges, complementando em seguida.

“Com o tempo e, claro, o desenvolvimento de sistemas mais avançados, certamente teremos mais segurança e facilidade no gerenciamento dessas espécies de assembleias”.

DESENVOLVIDO PELA PANDORA, SISTEMA PANÁGORA SE DESTACA NO TERCEIRO SETOR E NO SEGMENTO DE EMPRESAS GOVERNAMENTAIS

Embora as fontes ouvidas pela nossa reportagem destaquem a importância da adoção de ações complementares para a garantia da segurança das assembleias virtuais, tanto André Baldini, da Superlógica, quanto Marcelo Borges, da Abadi, ressaltam que possuir um software dotado de mecanismos consistentes de autenticação e proteção de informações é elemento central.

Dentro desse contexto, no âmbito de soluções para o terceiro setor e no segmento de empresas governamentais, talvez nenhuma plataforma tenha se destacado mais do que o Sistema PanÁgora.

Desenvolvido pela Pandora, velha conhecida dos principais sindicatos do Brasil, o sistema de votação do software está hospedado em nuvem, na estrutura AWS da Amazon, uma das mais robustas do setor.

Ela é composta de dois componentes que estão em permanente contato. O primeiro gravando e lendo as informações e o segundo armazenando e recuperando essas últimas.

Sua lógica é diferente de um software contábil ou similar, ao passo que, por definição, o voto deve ser secreto para o público em geral, para o sindicato e sua comissão eleitoral e, principalmente, para quem detém o controle da estrutura de processamento e do código do programa.

Por isso, o foco deixa de ser a rastreabilidade e passa a ser a garantia de imutabilidade das informações armazenadas. Da base de dados não deve ser possível extrair um determinado voto, e sim o total de votos obtidos por cada uma das chapas concorrentes.

Outra garantia do sistema se dá a partir do mecanismo de apuração: na criação do evento, mediante criptografia de Paillier, gera-se um par de chaves no computador do usuário, em geral de posse da comissão eleitoral. A chave privada fica com o cliente, sob sua total responsabilidade, e a pública é gravada no servidor, ao alcance da Pandora.

Com sua chave pública, o sistema consegue gerar um total criptografado que só o cliente, mediante chave privada, consegue decodificar.

A Panágora traz ainda uma série de mecanismos complementares de segurança, tais como envio de link único por SMS ou e-mail.





10. OS SINDICATOS E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A **representação eleita através do voto** é, ao mesmo tempo, essencial e um grande desafio. Seja para a democracia de um país ou para a representação sindical. Afinal, é esse conceito que garante que, de fato, a decisão da maioria impera.

Porém, em tempos de coronavírus, essa representação se torna um desafio ainda maior. Se você é um representante sindical ou administrador, certamente tem um grande desafio no presente e nos próximos meses. Como fazer uma eleição ou uma votação se as pessoas não podem estar presentes?

Portanto, este post vai ajudar você a conhecer a Panágora, uma **plataforma de votos on-line**. O objetivo é ajudar a manter o poder da representação usando a conectividade. E depois de ler o artigo e entender como funciona, lembre-se de acessar a página da plataforma e testá-la.

O PODER DA REPRESENTAÇÃO

A **representação** é essencial para que qualquer decisão seja tomada de acordo com a maioria os participantes de determinado grupo. Além disso, é uma forma de garantir que as reivindicações são pautadas em opiniões e situações reais, passadas pelos trabalhadores.

Então, se você é um **dirigente sindical**, a representação é essencial para que você possa entender o que realmente acontece com os trabalhadores no seu dia a dia e como o sindicato pode trabalhar para atender esse problema.

A representação é crucial, pois quanto mais vezes, **mais forte é a reivindicação** e melhor os sindicatos sabem quais são os problemas pelos quais os trabalhadores passam.

O DESAFIO DA REPRESENTAÇÃO COM A COVID-19

Porém, como mencionamos no início do post, a **pandemia do coronavírus** trouxe um grande desafio. Desde sua origem, as reuniões sindicais e a própria democracia demandam a reunião de pessoas em espaços físicos. Apenas assim eles poderiam debater com igualdade de voz e de voto.

Contudo, vivemos em um momento de crise. Não somente a pandemia do coronavírus demanda o **distanciamento social**, mas a crise também significa que existe uma “corrida” para acelerar os processos e resolver os problemas.

Com isso em mente, o grande objetivo é usar a **conectividade** e a tecnologia como ferramentas para contornar as dificuldades da representatividade em um momento como este. É aí que entra a Panágora.

O PODER DA REPRESENTAÇÃO USANDO A CONECTIVIDADE

A ideia da **Panágora** é permitir que as entidades sindicais possam fazer as votações de forma totalmente on-line, utilizando as vantagens da nuvem. Assim, é possível alcançar toda a base de trabalhadores da categoria, de modo a garantir a condução de ações sindicais de acordo com o melhor para eles. É tão importante neste momento fazer isso com segurança.

Portanto, algumas das **características da Panágora** são:

- Votação por computador, tablet ou smartphone.
- 100% on-line.
- Comprovante de voto.
- Conexão segura com protocolo HTTPS.
- Voto em separado.
- Outros.

Assim, as entidades sindicais **não perdem a representação** e podem exercer seu maior propósito, de ser o porta-voz em defesa do trabalhador.

COMO FAZER AS ELEIÇÕES POR MEIO DA CONECTIVIDADE?

Para qualquer entidade de classe, existe uma **grande dificuldade de alcançar** a liderança com os associados. Especialmente em um momento de distanciamento social, esse desafio é ainda maior.

Por outro lado, é justamente durante as **eleições sindicais** que existe uma ótima oportunidade para que os trabalhadores se envolvam com a instituição. Logo, a conectividade é uma das melhores formas



de garantir a interlocução e a representação dos trabalhadores de sua base.

Evidentemente, esse processo se torna essencial durante uma crise como a pandemia do coronavírus. Porém, suas **vantagens** são tão grandes que podem se estender mesmo após o fim do período de quarentena. Mesmo quando as reuniões voltarem a ser presenciais, essa pode ser uma forma de complementar a realização da eleição e fazer o processo ser mais tranquilo.

Por exemplo, uma grande vantagem é a possibilidade de **votar de onde quiser**. Como o processo é totalmente on-line, é possível fazer isso em trânsito ou outras localidades. Para certas profissões que estão sempre na estrada, isso é crucial.

Outra grande vantagem é a possibilidade de ter uma plataforma de votação **personalizada**. Por exemplo, a Panágora foi desenvolvida para atender diversos setores: desde votação para campanha salarial, eleições sindicais, assembleias, eleições de conselhos e outros.

Mas é claro que existe a questão da **segurança**. Primeiramente, em relação à privacidade. Com a plataforma, ambas se mantêm desde o momento em que as eleições ocorrem até a contagem dos votos.

A segurança e confiabilidade do sistema também garantem que a **apuração de votos** é transparente e com integridade preservada. Por exemplo, é emitida uma chave de segurança criptografada no início da votação, composta de tantas partes distintas quanto for o número de membros da comissão. Então, as “urnas” serão abertas somente com a presença de todas as partes da chave ou de um subconjunto delas, previamente acordado entre os membros responsáveis pelo pleito.

Quais são as vantagens desse processo?

Sendo assim, esse processo traz **diversos benefícios**, como:

Participação de pessoas em trânsito: distância não é mais um problema. Membros de outra cidade também podem participar, garantindo representação máxima.

Otimização de recursos: é uma forma muito mais simples, rápida e direta de organizar uma eleição. Custos com alimentação, logística, segurança e infraestrutura são muito menores, mesmo após o fim da pandemia.

Economia: além do uso dos recursos mencionados, a votação on-line gera uma enorme economia. Por exemplo, eliminando a necessidade de papel ou do voto por correspondência.

Acessibilidade: mais uma forma de facilitar a representação é por meio da acessibilidade para pessoas com deficiência. Essa é uma maneira de facilitar o processo para quem tem alguma deficiência motora ou visual.

Segurança: como vimos, a segurança, privacidade e confiabilidade das eleições são garantidas com esse modelo.

Redução de erros: como a contagem também é feita por meio da tecnologia, os erros também são diminuídos e o processo de auditoria é mais simples e direto.

Como ficou claro, a plataforma da Panágora é uma forma de **garantir a representação em ações sindicais por meio da conectividade**. Enquanto isso é essencial em um momento de isolamento social, seus benefícios são grandes demais para serem esquecidos. No futuro, é uma forma de otimizar o processo aumentando a representação e facilitando as votações.

Quer saber mais sobre a plataforma Panágora?

Solicite uma demonstração.

comercial@pandora.com.br | (11) 2500-3644 | (11) 97230-179



Pandora

Soluções

